

## ENTREVISTA

## UM DIÁLOGO DECOLONIAL E ANTIRRACISTA: ENTREVISTA COM VALDEMAR DE ASSIS LIMA

## UN DIÁLOGO DECOLONIAL Y ANTIRRACISTA: ENTREVISTA A VALDEMAR DE ASSIS LIMA

## A DECOLONIAL AND ANTI-RACIST DIALOGUE: INTERVIEW WITH VALDEMAR DE ASSIS LIMA

Adson Rodrigo S. Pinheiro<sup>1</sup>, Átila B. Tolentino<sup>2</sup>, Carmem Zeli de Vargas Gil<sup>3</sup>

No momento desta entrevista, Valdemar de Assis Lima<sup>4</sup>, também conhecido por Vavá entre os amigos, atua como professor assistente do curso de graduação em Museologia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Desde muito jovem, ainda como estudante do curso de Museologia da Universidade Federal da Bahia – UFBA, o professor Valdemar tem sua militância no mundo dos museus marcada pela defesa de um patrimônio contra-hegemônico e antirracista.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Licenciado em História pela UECE, é mestre em História Social pela UFC. Especialista em História do Brasil pela Universidade Vale do Acaraú (UVA), Especialista em Gestão e Políticas Culturais da Universidade de Girona (Espanha) e MBA em Gestão Cultural: cultura, desenvolvimento e mercado (UVA). Também é especialista em Arqueologia Social Inclusiva da URCA e especialista em Políticas Culturais de Base Comunitária pela pós graduação Internacional em Políticas Culturales de Base Comunitaria pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - Argentina. É coordenador do núcleo Ceará do ICOMOS-BRASIL). E-mail: adson.rodrigo@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre e doutorando em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Graduado em Letras Português e especialista em Gestão de Políticas Públicas de Cultura pela Universidade de Brasília. Participa da coordenação da Rede de Educadores em Museus da Paraíba- REM/PB. Pesquisador na Rede de Pesquisa e (In)Formação em Museologia, Memória e Patrimônio (REDMus), da UFPB, e no Grupo de Pesquisa Museologias Insurgentes en Nuestra América - MINA, da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. E-mail: atilabt@gmail.com

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2009). Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e no Mestrado Profissional em Ensino de História, núcleo UFRGS e participa da equipe do Laboratório de Ensino de História e Educação, Portal do Bicentenário da Independência e do grupo de Pesquisa do LHIESTE-UFRGS. E-mail: carmemz.gil@gmail.com

<sup>4</sup> Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7289594112485441>

A sua formação de base, como destaca nesta entrevista, tem forte influência de profissionais que primam pela dialogicidade e criticidade frente ao patrimônio cultural, a exemplo das professoras e museólogas Maria Célia T. M. Santos e Heloísa Costa, ambas da UFBA, e do arquiteto, artista e museólogo Julio Abe Wakahara, pioneiro no projeto “Museu de Rua”, desenvolvido em São Paulo, por meio do Departamento do Patrimônio Histórico. Com Maria Célia, Valdemar teve a oportunidade de participar da implantação da Política Nacional de Museus, criada em 2003, no desenvolvimento do Programa de Formação e Capacitação em Museologia, inicialmente na Bahia e posteriormente espalhado por todo o país. Sua formação como educador também foi impactada na sua atuação com jovens estudantes, possibilitado pelo projeto Expedições Patrimoniais, coordenado por Heloísa Costa. E, com Júlio Abe, os trabalhos do inventário das referências culturais da Feira de São Joaquim, em Salvador, foram fundamentais para repensar sua concepção de patrimônio cultural.

Nesta entrevista, Valdemar, além de trazer sua trajetória acadêmica e pessoal, tece importantes reflexões, perpassando, entre outras questões, a defesa de uma educação patrimonial e museal antirracista, sobre o que é patrimônio e quem tem direito a ele, como também atenta sobre qual o papel é relegado aos corpos pretos nos museus e no patrimônio.

**Professor Valdemar, primeiramente gostaríamos imensamente de agradecer a sua disponibilidade em nos conceder esta entrevista, que, com certeza, irá contribuir para o debate proposto neste dossiê. Então, para começar, conte-nos um pouco sobre você, sua atuação, formação no campo do patrimônio e sua experiência no mundo dos museus.**

Amigos queridos! Meu abraço a você, Átila, se estende à Carmem e ao Adson, a quem também cumprimento! Sou eu quem agradece a deferência do convite! É uma grande satisfação poder trocar algumas ideias sobre esse tema que me é tão caro!

Então, eu sou museólogo, formado pela UFBA, mesma universidade onde fiz especialização em Arte Educação, lá na Escola de Belas Artes. Na UFSC, onde atuei desde 2013 até esse ano de 2022 como professor do curso de museologia, fiz mestrado e faço doutorado em Educação. Neste mês estou indo para UnB [Universidade de Brasília]. A Museologia vai me desafiando o tempo todo a me reinventar...

No campo do patrimônio, eu tive experiências muito importantes para a minha compreensão do poder transformador da educação. Destacaria algumas como o trabalho na construção da Política Nacional de Museus (PNM), a partir das ações do Eixo 3 da PNM<sup>5</sup>, sob a coordenação da Professora Maria Célia Santos e, após isso, as oficinas que ministrei pelo Demu/IPHAN [Departamento de Museus e Centros Culturais/IPHAN] - que deu origem ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). Essas experiências me fizeram entrar em contato com debates candentes sobre o patrimônio e o seu uso sócio-histórico. Outra experiência maravilhosa é quando fui convidado pela Professora Heloísa Helena Costa, da UFBA, a participar do Projeto Expedições Patrimoniais, trabalhando temas como memória, patrimônio, cultura e protagonismo juvenil, com jovens estudantes de escolas públicas, a partir dos 14 anos, em cidades do interior da Bahia. Depois atuei como um dos coordenadores técnicos do Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim, de Salvador Bahia, inventariando os símbolos e signos da feira entendendo esse lugar como potencial patrimônio imaterial. Fizemos uma profunda imersão nos saberes e fazeres dos feirantes e nas suas vidas e memórias narradas para o nosso grupo de trabalho, o Sociocultural, com o saudoso amigo e mestre Julio Abe Wakahara. Posso dizer que esse foi o maior e mais contundente contato com o patrimônio cultural. Inclusive, no ensejo desse trabalho fui a Pernambuco, participar de uma das edições do Balaio Cultural do IPHAN e conheci a Feira de São José. A

---

<sup>5</sup> A Política Nacional de Museus, criada em 2003, na gestão do então ministro da Cultura Gilberto Gil, teve ampla participação de diferentes atores e instituições ligadas ao campo dos museus no Brasil. A PNM foi pensada a partir de sete diretrizes ou eixos programáticos: 1) Gestão e Configuração do Campo Museal, 2) Democratização e acesso aos bens culturais, 3) Formação e capacitação de recursos humanos, 4) Informatização de museus, 5) Modernização de infraestruturas museológicas, 6) Financiamento e fomento para museus e 7) Aquisição e gerenciamento de acervos culturais.

proposta desse projeto incluía a criação de um museu de rua, esse conceito criado pelo Julio Abe e que é um exercício de museologia decolonial. Essas experiências todas moldaram o meu olhar crítico, como educador e como pessoa, sobre patrimônio cultural. Inclusive, como Professor do curso de Museologia, compartilho, nas disciplinas que ministro, os desafios e as possibilidades do patrimônio cultural e como este é importante na promoção da vida de qualidade socialmente referenciada.

Já no campo dos museus, eu atuei no Museu de Arte Moderna da Bahia, o MAM, no belíssimo Solar do Unhão, trabalhando na Subgerência de Museologia desse museu. Depois trabalhei no Instituto do Patrimônio Artístico Cultural do Governo do Estado da Bahia (IPAC), mais precisamente, na Diretoria de Museus (Dimus) onde fui Coordenador do Núcleo de Arte e Educação dos museus da Dimus. Também trabalhei no Departamento de Processos Museais (DEPMUS) do Ibram sob a direção do Professor Mario Chagas. Essas são algumas das estripulias que fiz por aí...

**A partir de quando inicia seu envolvimento na defesa de um patrimônio contra-hegemônico? E de que modo sua militância pauta o seu trabalho com os museus?**

Olha, eu me sinto transformado pela experiência do Projeto de Requalificação da Feira de São Joaquim, mencionado anteriormente. Foi a partir desse projeto que eu estudei a história das políticas de salvaguarda do patrimônio cultural, tipologias, natureza, a presença do Estado, a dialética política cultural / cultura política... A compreensão dos significados do uso social da memória a partir do patrimônio cultural. Quando, anos depois, fui para o Ibram e contatei o Programa Pontos de Memória<sup>6</sup>,

---

<sup>6</sup> Um dos principais programas de implementação da PNM voltado para a museologia social e comunitária. Durante a gestão dos governos petistas, foi fruto de uma iniciativa entre o extinto Ministério da Cultura e o Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci, do Ministério da Justiça. O objetivo do programa, grosso modo, era atender diferentes grupos sociais no Brasil que não tiveram a oportunidade de narrar e expor suas histórias, memórias e patrimônio nos museus, com o intuito de reconhecer iniciativas de práticas museais na perspectiva da museologia social, voltado para grupos étnico-culturais, como indígenas, quilombolas, periferias urbanas, ribeirinhos, entre outros (Ver SILVA, Frederico Barbosa da [et al]. *Encontros com o futuro: prospecções do campo museal brasileiro no século XXI*. Brasília: Ibram, 2014).

dialogando com as iniciativas comunitárias de memória e de museologia social, tomei conhecimento e tive que lidar com a ideia de inventário participativo, mas a gente já operacionalizava o inventário participativo no projeto de requalificação da feira e com o museu de rua.

Você sabe que eu sou um educador antirracista e o antirracismo é absolutamente concatenado com a defesa de uma perspectiva contra-hegemônica de lidar com o patrimônio. Entendo que os museus precisam provocar a vontade de museu nas pessoas, atuando também na defesa do direito de museu das pessoas, porquanto sujeitas de memória e, para isso, é preciso uma compreensão decolonial de patrimônio, porque essa compreensão hegemônica não oportuniza a expansão do pensamento museal, não oferece uma educação sensível do olhar, não permite a democratização de acesso à memória. Há políticas museais a serviço da morte e não do uso social da memória e do patrimônio.

Por exemplo, no Núcleo de Arte Educação da Dimus, à época, o empenho da nossa equipe composta de turismóloga, pedagogas, arte educador e biólogo era atuar numa política de educação museal decolonial. Uma equipe interdisciplinar dialogava com os públicos, entendendo-os como demanda social do museu e não como mero número de visitação.

**Onde estão e onde deveriam estar os corpos negros nos museus hoje? Ou seja, como você vê o papel que é relegado a esses sujeitos e sujeitas nas instituições museais?**

Antes, por favor, me permita dizer que prefiro utilizar “preto/preta” em vez de “negro/negra” por uma escolha política do meu ativismo antirracista, mas, tudo bem em falarmos “negro”, “negra” porque sabemos muito bem do que e de quem estamos falando. Inclusive, vou usar as duas conceituações, aqui, mas, como disse antes, me identifico com “pessoa preta”.

Pois bem, quando falamos sobre profissionais e estudantes em estágio nos museus, tempos que levar em conta também o corte racial e de gênero. São muitas as pessoas pretas que atuam nos museus e mulheres são maioria dessa classe trabalhadora específica.

Mas, especificamente sobre “os corpos negros nos museus hoje”, sim, o cenário tem mudado, mas, olha, ainda está longe de ser um lugar de justiça! E eu falo de justiça porque entendo que a igualdade, a equidade, só será possível depois que fizermos justiça, entendida aqui como tratar desigualmente os desiguais.

Os corpos pretos (ou negros) nos museus, hoje, deveriam estar no lugar de todas os públicos (internos e externos) dos museus: o lugar do acolhimento, do incentivo, do empoderamento social e no caso específico das pessoas pretas, o lugar do respeito a um grupo que historicamente sofre ataques e violências de diferentes naturezas. Pessoas negras são, antes de tudo, pessoas! São sujeitas de memória, são demandas sociais e os museus têm a obrigação de atender a essas demandas sociais, porquanto espaços de interesse público.

Principalmente pelo fato de serem espaços de educação, os museus devem entender que estão sob a Lei 11.604 (que trata da obrigatoriedade da abordagem da história e cultura negra e indígena no ensino) e buscar desenvolver uma educação museal comprometida com as demandas dos grupos que sofrem tentativas de desqualificação para a subordinação. Nos museus de um país que estrutura as relações de poder a partir do racismo, a educação museal, acredito eu, ou é antirracista ou é racista: não existe meio termo!

Não podemos mais aceitar que pessoas pretas, tanto trabalhadoras em museus (público interno) quanto as visitantes (público externo) continuem sofrendo tentativas de subalternização por parte do poder hegemônico e os museus apoiando essa prática perversa. Qual a imagem das pessoas negras nos museus? Pensando nas narrativas expográficas, por exemplo, ainda é comum a pessoa negra figurar nas exposições de uma forma estigmatizada, caricatural. Exposição é sempre uma proposta, então, o que

propõe uma exposição que se dispõe a contar a história do negro a partir da escravização? Como se a história e a vida negra se originassem nos navios negreiros? O que quer dizer um museu que quando se propõe a falar de cultura negra se restringe a abordar a religiosidade e uma abordagem esvaziada de criticismo, fruto de uma pesquisa que trata negras e negros como objeto.

Mesmo museus que se sabem não racistas, muitos dos quais possuem acervos de referência negra, precisam cuidar para não reproduzirem o discurso do poder hegemônico que é racista! Museus não racistas necessariamente não são antirracistas.

### **A colonialidade sobre os corpos negros ainda operada pelos museus também se reflete em práticas educativas voltadas para o patrimônio cultural?**

Peremptoriamente, sim! Os estudos sobre decolonialidade da educação e interculturalidade crítica nos mostram que para submeter e dominar determinado grupo, uma importante estratégia do poder hegemônico é a desqualificação. Se tenta esvaziar de dignidade, de humanidade, determinados grupos para depois dominá-lo e a educação também pode ser utilizada para um expediente necrófilo. A memória é campo de disputa e a educação também! E o poder hegemônico sabe que os museus podem ser instrumentos perversos de implementação de uma educação racista.

Práticas educativas que defendem ideias criminosas como o mito da democracia racial, meritocracia ou que negam as diferenças corroboram para a manutenção do estado iníquo de coisas que, como diria Fanon, relega a corpos negros a “zona do não ser”. Uma educação museal antirracista precisa partir do debate sobre branquitude! O privilégio branco precisa ser debatido pela política de gestão do museu e pelo seu projeto político pedagógico.

Há muitas iniciativas de museus que, como criticismo e responsabilidade social, se ocupa de desenvolver um projeto biófilo de educação, tratando o racismo de frente, com coragem e indignação museal. Mas, fato é que os museus como conceito continuam sendo espaços embranquecidos, com pensamentos e práticas embranquecidas.

**O que você atribui à intensificação dos movimentos de questionamento aos monumentos no espaço público? O que é necessário ser feito? Remover, ressignificar ou incluir novos?**

Os debates promovidos por pessoas e grupos contra-hegemônicos têm se intensificado sobremaneira nos últimos 20 anos com o advento da rede mundial de computadores. As redes sociais têm sido meios importantes de disseminação de informações e de aglutinação de pessoas em torno de temas muito importantes. A luta indígena por direito à vida, terra e natureza; movimentos de pessoas e organizações antirracistas e de valorização dos direitos das mulheres; as muitas ações em defesa da vida LGBTQIAP+ têm trazido questões que fazem as sociedades questionarem o poder público com respeito à manutenção de uma política de valorização de homens e mulheres que promoveram violências e mortes.

A meu ver, o Estado precisa fazer esse debate e, de forma crítica, observar a dimensão política da legislação patrimonial, a partir do sociorreferenciamento. Um debate expandido com a participação da sociedade civil, organizações de direitos humanos órgãos e instituições da cultura, da memória e da educação.

Obviamente, como todos(as) os(as) professores(as), tenho a obrigação de trabalhar essas questões em disciplinas, mas, tem uma aula em especial que mobiliza muito a turma. Nessa aula falamos sobre monumentos relacionando representatividade, memória e poder. É uma aula que deixa a turma em polvorosa e repercute em outros ambientes. Até fizemos um debate em formato de roda de conversa, transmitida pela internet, com a professora Lia Vainer, da Psicologia/UFSC, e a professora Thainá Castro, da Museologia/UFSC como mediadora, em que falávamos justamente sobre a derrubada de monumentos e as implicações políticas, culturais e sociais disso.

Particularmente não sou a favor de que se levem esses monumentos de morte, para os museus, ou qualquer outro lugar, mas sim, que – após amplo debate ao qual me referi – sejam retirados e destruídos em público, com a devida cobertura jornalística e,

em seu lugar, sejam construídos monumentos ou outra representação, que exaltem memórias coletivas, que registrem fatos de interesse coletivo, que contemplem pessoas, grupos ou ações comprometidas com a vida. Quero mais é ver Borba Gato e Dias Velho ardendo no fogo da nossa indignação!

**Quais desafios, enfrentamentos, perspectivas ou mesmo possibilidades são possíveis para se atuar com uma educação patrimonial decolonial e antirracista?**

Acho que uma questão prioritária é o debate sobre o que é patrimônio e quem tem direito a ele. Porque o poder hegemônico faz a eleição daquilo que considera digno impedindo o direito de patrimonialização de tudo que é “diferente” sob o seu ponto de vista e para reflexão, a decolonialidade da educação será muito importante, na medida que tem por base a interculturalidade crítica, o incentivo e fortalecimento das diferenças, o empoderamento (em perspectiva freiriana) de subjetividades outras.

Eu acredito que precisamos debater mais a concepção de patrimônio holístico, ou seja, a defesa da ideia de que o patrimônio traz em si as dimensões material e imaterial.

Essa ampliação, essa expansão do olhar a partir da educação museal é que permitirá, por exemplo, reconhecermos na produção cultural africana e afro-brasileira o seu potencial patrimonial, o seu caráter de herança cultural e a sua legitimidade como documento identitário.

**As políticas públicas atuais voltadas para o patrimônio e museus têm avançado no sentido de valorizar as memórias dos povos afrobrasileiros? E, em que medida, as resistências e lutas dos povos negros têm pautado e impulsionado essas políticas?**

Atualmente não temos sequer um Ministério da Cultura e a Política Nacional de Museus. Essa importantíssima e pioneira política para o fortalecimento do tecido museal brasileiro, infelizmente, está estagnada.

Obviamente, onde há opressão e autoritarismo também há estratégias de resistência e resiliência. Apesar desse longo e tenebroso inverno pelo qual passa o setor cultural brasileiro, alguns museus têm conseguido fazer um trabalho de qualidade da valorização das memórias negras, dentre os quais destaco o Museu da Abolição, em Pernambuco, também o Museu Afro Brasil, em São Paulo e o Museu da República, no Rio de Janeiro. Esses museus têm em comum a promoção do diálogo estreito e a participação das pesquisadoras(es) negras(os) e grupos negros organizados nos projetos expográficos, em ações culturais e na educação museal.

As poucas iniciativas do poder público atual, de valorizar a memória dos povos pretos, quando se dão, é sempre por luta e pressão de movimentos pretos para terem respeitados o seu direito ao patrimônio e direito de museu.

**A UFBA, onde você se formou, tem um dos cursos de Museologia mais antigos do país. Considerando a sua experiência como discente e, mais recentemente, como docente em um curso de museologia no sul do país, você percebe que a inserção de pretos e pretas na academia, sobretudo a partir das políticas afirmativas, tem contribuído para tensionar as áreas do patrimônio e dos museus enquanto campos de conhecimento?**

A Bahia tem a maior concentração de pessoas pretas do mundo fora de África, mas nem por isso deixa de ser um estado racista. A exclusão racial também é grande por lá!

Eu lembro que, quando entrei no curso de Museologia, não havia muitas pessoas pretas mas, com o tempo, houve uma mudança nesse cenário e não tenho dúvida nenhuma que as políticas de ações afirmativas provocaram o aumento de inserção de pessoas pretas nas universidades, de um modo geral, não só nos cursos de Museologia. E essas(es) estudantes, via de regra, trazem suas demandas para a sala de aula, se envolvem com outras/os estudantes e movimentos sociais antirracistas e também levam o debate para os museus onde estagiam.

O fato de ser um professor preto antirracista me faz trazer - para o plano de ensino e para aulas - temas, debates, autoras(es) que tratam da luta antirracista, da branquitude, do lugar da pessoa preta na sociedade, do racismo nos museus e etc., mas estudantes pretas também me provocam e me movem a sentipensar ainda mais essas questões e pedagogizá-las em nossas situações de ensino-aprendizagem.

Fui também coordenador de estágios no curso de Museologia da UFSC por quase 9 anos e percebi que as demandas que vinham de estudantes negros quase sempre se relacionavam a questões étnico-raciais. É um debate que atravessa suas corporeidades, suas subjetividades e ontologias, por isso estão presentes em suas narrativas e práticas de vida e estimulam sim a tensionarem as áreas do patrimônio e dos museus.

**Como a ancestralidade e as resistências características das lutas dos povos negros podem propiciar cosmopercepções diferentes, não ocidentalizadas, do patrimônio cultural?**

A lógica usa/eurocentrada deixa de pauta o nosso olhar e a nossa relação com quem somos, o que somos e o que produzimos em sociedade. As nossas mundividências passam a ser afrocentradas quando nos entendemos como pessoas descendentes de uma cultura que tem mais do que religiosidade e arte marcial, uma cultura milenar com produções pioneiras nas áreas das ciências, medicina, filosofia, educação, artes, política, literatura e tantas outras produções humanas que muitos de nós ignorávamos terem sido de iniciativa preta. Muda completamente a visão de mundo de uma pessoa preta, assim como sua visão sobre patrimônio cultural, tomar conhecimento de que nossos ancestrais deixaram um legado inclusive na nossa língua: mochila, chinelo, moleque, farofa, denço, bunda, quiabo, zanzar, conceitos que fazem parte do nosso sistema simbólico e que são de origem banto, yorubá, jeje, dentre outras civilizações africanas.

A compreensão de que nós, pessoas pretas, temos da nossa história e da nossa memória e o contato com estas, a partir da nossa própria leitura e não de uma narrativa branca, transforma a nossa concepção de sujeitos e sujeitas e o nosso olhar sobre o

patrimônio cultural. Passamos a rechaçar ideias absurdas como “sermos descendentes de escravizados” ou que “somos fortes” ou “resistentes a dor” e outras asneiras como essas que só servem para normalizar o sofrimento pelo qual nossos corpos são submetidos. Passamos a fortalecer nossa autoestima, passamos a entender a importância do quilombamento e o princípio filosófico ubuntu nos ajuda a agenciar nossa insurgência ao modelo moderno capitalista que prega o individualismo.